Em defesa do PT, precisamos do 7º Congresso do PT e renovar a direção em 2019 | Posicionamento da DS face ao “debate” do DN sobre o balanço eleitoral

06/12/2018

Logo em seguida ao segundo turno reuniu-se a Executiva Nacional, que realizou um debate inicial bastante aberto. Por sugestão da presidenta foi constituída uma comissão para elaborar um texto-base de balanço e propostas para o Diretório Nacional. Como sempre, foi composta por membros de todas as correntes.

Seu resultado foi bastante satisfatório em compreender os caminhos que levaram setores fundamentais das classes dominantes a desembarcarem da candidatura Alckmin e afunilar na candidatura Bolsonaro. Diversos pontos, não consensuais, foram destacados para debate. Em geral, eles procuraram apontar elementos da situação internacional, da nossa trajetória anterior à eleição e na disputa propriamente eleitoral que poderiam compor uma explicação mais ampla.

A reunião do DN, realizada nos dias 30 de novembro e 01 de dezembro, surpreendeu, no entanto, pelo fato de a maioria vetar o texto da comissão como base para discussão e não apresentar razões claras para isso e tão pouco um texto alternativo. Bloqueou-se o debate. Ao cair da noite, via mensagem de whatsapp, apareceu o texto da maioria. Revelou-se então algumas razões da maioria para o veto ao debate: ausência de análise (na verdade, apresentou uma versão desidratada da linha explicativa do texto da comissão), exagerou sobre a força do inimigo que vencera a eleição, e, consequentemente, ausência de propostas – a resolução do DN está disponível aqui.

Era de se esperar um debate à altura do grande confronto que vivenciamos em 2018, no qual o partido enfrentou o duro desafio de, com Lula como preso político impedido de disputar – e ganhar – a presidência, resgatar a confiança popular no nosso partido e combater, pela primeira vez, uma extrema direita que se alçou como representante das classes dominantes. Mobilizamos a base social e eleitoral do partido no 1º turno e conseguimos estabelecer a disputa por maioria no 2º turno. A força social e eleitoral alcançada pelo PT exige compreensão da nova situação e das tarefas políticas postas ao partido. De outro lado, sofremos uma derrota política para as classes dominantes e sua nova representação de extrema direita precisa ser bem compreendida, inclusive em suas causas que remetem a limitações do PT. Se isso não se faz, está sendo transferido ao inimigo toda a virtude da vitória, exagerando sua força e correndo o risco de cair numa defensiva maior do que a correlação de forças impõe ou, pior, no imobilismo político.

O debate sobre o caráter do bloco de forças vencedor também não se realizou. A comissão do texto adotou postura aberta a discussão e verificação necessárias sobre a natureza do bloco de forças vitorioso e preferiu caracterizá-lo como extrema direita incluindo grupos fascistas no seu interior. A maioria do DN decretou o “corte fascista” do bloco de forças vitorioso, ou seja, o seu elemento definidor e o seu desenvolvimento. Evidentemente, isso deveria ser precedido de discussão mais funda. E deveria, naturalmente, trazer sérias implicações nas tarefas políticas e organizativas, mas estas também não foram apresentadas. Aliás, deveria resultar também em extremo cuidado com a unidade e a democracia na condução partidária.

A maioria simplesmente impediu o debate. Não conseguiu explicar porque não aceitou o texto de uma comissão composta por representantes de todas as correntes, demorou praticamente todo o dia para, ao final, apresentar um texto que era o da comissão podado de todos os pontos que apontavam limites críticos do

partido no processo. E, para completar, sem apontar minimamente nossas tarefas políticas. Isso resultou numa ampla abstenção, num absurdo desentendimento em uma hora crucial e em duro questionamento face a uma maioria incapaz de conduzir a unidade partidária.

Esse fato condicionou enormemente o tema seguinte, a renovação da direção em 2019 e a necessidade de convocar o 7º Congresso Nacional para estabelecer a linha do partido no novo período.

Novamente a maioria propôs uma linha evasiva, até mesmo em reconhecer que o mandato da atual direção encerra em 2019, como determinou o 6º Congresso. Com isso, adiou as definições de calendário para o início de 2019.

Face a esse impasse, face a incapacidade da maioria construir com as demais correntes uma linha política, defendemos a imediata convocação do 7º Congresso e a renovação das direções partidárias em 2019.

Grupo de Trabalho Nacional da Democracia Socialista, tendência do PT.

O texto da comissão pode ser conferido aqui.

Compartilhe nas redes: